

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja questão(ões) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Uma pesquisa feita na Universidade Federal Fluminense (UFF) gerou um método para detecção de notícias falsas, as chamadas *fake news*, nas redes sociais, com o uso de inteligência artificial (IA). A técnica é fruto de um estudo do engenheiro de telecomunicações Nicollas Rodrigues, em sua dissertação de mestrado pela universidade.

O estudante e seu orientador, Diogo Mattos, professor do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Redes de Nova Geração da UFF, desenvolveram uma ferramenta de IA capaz de diferenciar fatos de notícias falsas, a partir da análise de palavras e estruturas textuais, com precisão de 94%.

Isso significa que, a cada 100 notícias analisadas, a ferramenta conseguiu acertar se era fato ou boato em 94 situações. No total, foram analisadas mais de 30 mil mensagens publicadas em uma rede social na Internet.

“Testamos três metodologias e duas tiveram sucesso maior. A gente indica, no final dos resultados, a possibilidade de utilizar ambas em conjunto, de forma complementar”, explica Rodrigues.

A primeira metodologia consistiu em abastecer um algoritmo com notícias verdadeiras e depois treinar o algoritmo para reconhecer essas notícias. Aquelas que não se encaixavam no perfil aprendido eram classificadas como *fake news*.

A outra abordagem é semelhante à primeira no que se refere à análise textual, mas, no lugar do algoritmo, foi utilizada metodologia estatística que analisa a frequência com que determinadas palavras e combinações de palavras aparecem nas *fake news*.

Os resultados do trabalho podem-se transformar em ferramentas úteis para o usuário da Internet identificar notícias que apresentam indícios de *fake news* e, assim, ter cautela maior com aquela informação.

“Pode-se transformar a ferramenta em um *plugin* [ferramenta que apresenta recursos adicionais ao programa principal] compatível com algumas redes sociais. E, a partir do momento em que você usa a rede social, o *plugin* vai poder indicar não que a notícia é falsa, de maneira assertiva, mas que ela pode ser falsa, de acordo com alguns parâmetros, como erros de português. Também existe a possibilidade de fazer uma aplicação na própria Web, onde você cola o texto da notícia e essa aplicação vai te dizer se aquilo se assemelha ou não a uma notícia falsa”, explica Rodrigues.

Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

Questão 1

De acordo com o texto CG1A1, o método desenvolvido na UFF

- Ⓐ tem-se mostrado promissor no que diz respeito à avaliação da confiabilidade do conteúdo veiculado nas redes sociais.
- Ⓑ detecta notícias falsas veiculadas nas redes sociais e envia uma notificação aos usuários.
- Ⓒ foi testado por meio de diferentes metodologias, que levaram a diferentes resultados quanto à sua eficácia.
- Ⓓ responde à demanda da sociedade atual de combate às *fake news* em circulação.
- Ⓔ está restrito ao uso acadêmico ainda, mas seus criadores pretendem popularizá-lo.

Questão 2

Segundo as ideias veiculadas no texto CG1A1, as *fake news*

- Ⓐ cresceram exponencialmente na última década.
- Ⓑ podem ser diferenciadas das notícias que veiculam fatos com base, por exemplo, na ocorrência de erros de português.
- Ⓒ consistem em notícias cuja veracidade é incerta.
- Ⓓ são veiculadas somente em ambiente virtual.
- Ⓔ representam 94% das mensagens que circulam nas redes sociais.

Questão 3

Com relação ao emprego dos sinais de pontuação, a correção gramatical do texto CG1A1 seria prejudicada caso fosse eliminada a vírgula empregada logo após

- Ⓐ ‘parâmetros’ (segundo período do último parágrafo).
- Ⓑ “Rodrigues” (segundo período do primeiro parágrafo).
- Ⓒ ‘indica’ (segundo período do quarto parágrafo).
- Ⓓ “falsas” (segundo parágrafo).
- Ⓔ “total” (segundo período do terceiro parágrafo).

Questão 4

A correção gramatical do texto CG1A1 e a coerência de suas ideias seriam preservadas caso o segmento “para detecção de notícias falsas” (primeiro período do primeiro parágrafo) fosse substituído por

- Ⓐ para se detectar de notícias falsas.
- Ⓑ para que se detete de notícias falsas.
- Ⓒ para detectar notícias falsas.
- Ⓓ para que fosse detectadas notícias falsas.
- Ⓔ para que seja detectado notícias falsas.

Questão 5

Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do texto CG1A1 seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada preserva o sentido e a correção gramatical do texto, considerando as regras de colocação pronominal.

- Ⓐ “Aquelas que não se encaixavam” (segundo período do quinto parágrafo): **Aquelas que não encaixavam-se**
- Ⓑ “no que se refere à análise textual” (sexto parágrafo): **no que remete-se à análise textual**
- Ⓒ “utilizar ambas em conjunto” (segundo período do quarto parágrafo): **utilizar elas em conjunto**
- Ⓓ “treinar o algoritmo” (primeiro período do quinto parágrafo): **treiná-lo**
- Ⓔ “para reconhecer essas notícias” (primeiro período do quinto parágrafo): **para reconhecerem-nas**

Questão 6

No quinto parágrafo do texto CG1A1, a oração “para reconhecer essas notícias” expressa circunstância de

- Ⓐ conformidade.
- Ⓑ causa.
- Ⓒ explicação.
- Ⓓ condição.
- Ⓔ finalidade.

Questão 7

A correção gramatical e o sentido do segundo parágrafo do texto CG1A1 seriam mantidos se o verbo “diferenciar” fosse substituído por

- A discernir.
- B contrariar.
- C deferir.
- D cotejar.
- E discrepar.

Questão 8

Mantendo-se o sentido e a correção gramatical do sétimo parágrafo do texto CG1A1, o vocábulo “assim” poderia ser substituído por

- A porquanto.
- B dessa maneira.
- C por tanto.
- D sobretudo.
- E adicionalmente.

Questão 9

No texto CG1A1, a palavra ‘assertiva’ (segundo período do último parágrafo) está empregada com o mesmo sentido de

- A pungente.
- B suspeita.
- C equivocada.
- D ambígua.
- E categórica.

Questão 10

No último parágrafo do texto CG1A1, seria maior o grau de formalidade do trecho ‘Também existe a possibilidade de fazer uma aplicação na própria Web, onde você cola o texto da notícia e essa aplicação vai te dizer se aquilo se assemelha ou não a uma notícia falsa’, garantidos a correção gramatical e o sentido original do texto, se tal trecho fosse reescrito da seguinte maneira:

- A É possível, também, de fazer uma aplicação na própria Web, que a pessoa cola o texto da notícia e a mesma, imediatamente, avalia se aquilo assemelha-se ou não com uma notícia falsa.
- B É também possível se fazer uma aplicação na própria Web, onde o usuário cola o texto da notícia e ela diz-lhe se aquilo se assemelha ou não a uma notícia falsa.
- C Também há a possibilidade de fazer, na própria Web, uma aplicação na qual o usuário cole o texto da notícia e receba a informação de que aquilo se assemelha ou não a uma notícia falsa.
- D Há, também, a possibilidade de fazer uma aplicação na própria Web. Ao colar o texto da notícia na aplicação, ela lhe informa se aquilo se assemelha ou não a uma notícia falsa.
- E Também há a possibilidade de fazer uma aplicação na própria Web na qual, ao colar o texto da notícia, essa aplicação te diz se aquilo se parece ou não com uma notícia falsa.

Questão 11

Considere o seguinte dispositivo da Constituição Federal de 1988.

“Art. 3.º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...)”.

Esse dispositivo é considerado norma constitucional

- A de aplicação imediata.
- B de eficácia contida.
- C imperfeita.
- D programática.
- E de eficácia plena.

Questão 12

Se um estado da Federação publicar uma lei que regule, de forma geral, a proteção e o tratamento de dados pessoais, essa lei será

- A constitucional, pois legislar acerca desse tema é competência exclusiva dos estados.
- B inconstitucional, pois legislar acerca desse tema é competência privativa da União.
- C constitucional, pois legislar acerca desse tema é competência concorrente da União, dos estados ou do Distrito Federal, e dos municípios.
- D constitucional, pois legislar acerca desse tema é competência concorrente da União e dos estados ou do Distrito Federal.
- E inconstitucional, pois legislar acerca desse tema é competência dos municípios.

Questão 13

Ana foi nomeada para provimento em comissão na administração direta da União; Patrícia foi nomeada para provimento na administração indireta da União; e Robson passou a ocupar cargo em fundação instituída e mantida pelo poder público.

Nessas situações, competirá ao controle externo, a cargo do Congresso Nacional, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, apreciar, para fins de registro, somente a legalidade dos atos de admissão de

- A Ana e Patrícia.
- B Ana e Robson.
- C Ana.
- D Robson.
- E Patrícia.

Questão 14

Três aposentados, Cláudio, Lucas e Pedro, prestaram concurso público e foram aprovados para determinado cargo público no estado do Paraná. Cláudio é aposentado de sociedade de economia mista; Lucas, aposentado de empresa pública; e Pedro, servidor público aposentado do estado do Paraná.

Acerca da situação hipotética precedente, assinale a opção correta, com base na Constituição Federal de 1988.

- A Somente Lucas e Pedro poderão acumular os proventos da aposentadoria com a remuneração do novo cargo.
- B Somente Pedro e Cláudio poderão acumular os proventos da aposentadoria com a remuneração do novo cargo.
- C Nenhum dos três aprovados poderá acumular os proventos da aposentadoria com a remuneração do novo cargo.
- D Os três aprovados poderão acumular os proventos da aposentadoria com a remuneração do novo cargo.
- E Somente Cláudio e Lucas poderão acumular os proventos da aposentadoria com a remuneração do novo cargo.

Questão 15

De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, a

- A proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- B proteção à família e à maternidade.
- C colaboração na proteção do meio ambiente.
- D reabilitação de pessoas com deficiência.
- E proteção à infância e à velhice.

Questão 16

Determinada lei entrou em vigor em 2023 e, com base nela, a administração pública praticou determinados atos administrativos. Em 2024, em controle concentrado de constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarou inconstitucional.

Nessa situação hipotética, os atos administrativos praticados com base na referida lei

- Ⓐ são incapazes de produzir efeitos no plano factual.
- Ⓑ devem ser revogados.
- Ⓒ são inválidos e devem ser considerados não passíveis de convalidação, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- Ⓓ não são irregulares, por terem sido praticados antes da declaração de inconstitucionalidade.
- Ⓔ podem produzir efeitos válidos até a declaração de inconstitucionalidade.

Questão 17

Um servidor público foi punido disciplinarmente por ter adotado conduta desidiosa, definida em norma como infração disciplinar. Em sua defesa administrativa, ele alegou que a punição era indevida, porque a descrição legal se mostrava excessivamente vaga. Além da punição, a autoridade competente enviou cópia do processo disciplinar ao Ministério Público, por entender presentes indícios de crime.

Em referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca do poder disciplinar.

- Ⓐ As normas que tipificam infrações disciplinares podem ser mais abertas do que as da legislação criminal.
- Ⓑ Descabe o envio de cópia do processo disciplinar ao Ministério Público, pois isso implica dupla punição pelo mesmo ato (*bis in idem*).
- Ⓒ No caso de infrações disciplinares leves, a autoridade pode deixar de instaurar procedimento administrativo.
- Ⓓ Qualquer pessoa no gozo dos direitos políticos está sujeita ao poder disciplinar da administração pública.
- Ⓔ O processo administrativo disciplinar apresenta o mesmo grau de formalidade das ações penais.

Questão 18

Certa prefeitura, com o objetivo de realizar reparo em pequeno trecho de via pública, interditou parcela muito maior desta do que a necessária ao serviço, o que causou prejuízo à circulação das pessoas e perdas econômicas importantes ao comércio local.

Nessa situação hipotética, a inadequação da restrição excessiva a direitos promovida com o ato da prefeitura caracteriza, de maneira mais específica, lesão ao princípio da

- Ⓐ eficiência.
- Ⓑ economicidade.
- Ⓒ legalidade.
- Ⓓ proporcionalidade.
- Ⓔ moralidade.

Questão 19

A respeito das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção correta.

- Ⓐ As organizações da sociedade civil de interesse público (OSIP) devem atuar com base em contratos de gestão firmados com a administração pública.
- Ⓑ Consoante o entendimento majoritário da doutrina, as entidades paraestatais têm natureza de autarquia.
- Ⓒ Os serviços sociais autônomos prestam serviço público por delegação estatal prevista em lei.
- Ⓓ As entidades de apoio são instituídas por lei e adotam, necessariamente, a forma jurídica de fundação.
- Ⓔ Entidades do terceiro setor são, em linhas gerais, pessoas jurídicas de direito privado, não estatais, sem fins lucrativos e que desempenham atividade de interesse público.

Questão 20

Um órgão público reconheceu e acresceu à remuneração de Silvana, servidora pública, certa gratificação, por decisão administrativa de 2/4/2010. Os pagamentos da gratificação começaram a ocorrer em 25/5/2010. A dezenas de outras servidoras foi reconhecido o mesmo direito à gratificação, na mesma época. Em junho de 2016, por suspeita de fraudes (as quais não vieram a se confirmar), o poder público iniciou processo de revisão dessas gratificações e concluiu que, apesar de não ter havido má-fé das servidoras, a concessão da vantagem fora indevida. Por essa razão, determinou a suspensão do pagamento dessa gratificação.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo.

- I É dever da administração pública, na forma da legislação, rever atos administrativos que possam conter vício de ilegalidade.
- II Não poderia ter havido a suspensão do pagamento da gratificação deferida às servidoras, em virtude de prescrição.
- III Se a administração pública houvesse comprovado má-fé das servidoras destinatárias da gratificação, teria sido possível, em princípio, do ponto de vista temporal, invalidar a concessão da vantagem.
- IV Para efeito de cômputo da decadência, a data de referência é 25/5/2010, e não 2/4/2010.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 21

Considerando a Lei n.º 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Com a finalidade de evitar nulidades e aumentar a eficiência do procedimento licitatório, a Lei n.º 14.133/2021 adota o conceito de linhas de defesa, as quais envolvem, entre outros, agentes de licitação e órgãos de assessoramento jurídico e de controle.
- Ⓑ O credenciamento, na hipótese de inexigibilidade de licitação, destina-se a casos em que o profissional a ser contratado detém notória especialização.
- Ⓒ Os concursos, como modalidade destinada à escolha de trabalhos intelectuais, devem ser abertos a qualquer pessoa interessada.
- Ⓓ A fim de dar celeridade ao procedimento de licitação, atualmente a fase de habilitação é sempre posterior à de julgamento.
- Ⓔ Quando a licitação adotar julgamento por técnica e preço, cada um dos fatores deverá ter peso de 50%.

Questão 22

Acerca da natureza jurídica dos tribunais de contas, da sua posição institucional e da sua relação com o Poder Legislativo, julgue os próximos itens, considerando, no que couber, o entendimento do STF.

- I O tribunal de contas não é órgão integrante do Poder Legislativo e não há entre eles submissão hierárquica ou funcional, o que, entretanto, não afasta o dever de o tribunal de contas prestar contas ao parlamento.
- II Tanto o Poder Legislativo quanto o tribunal de contas detêm competência para julgar.
- III Não é cabível nenhum recurso ao Poder Legislativo contra as decisões proferidas pelo tribunal de contas.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 23

Em relação às entidades fiscalizadoras superiores (EFS), julgue os itens a seguir, considerando a Declaração de Lima (ISSAI 1), a Declaração do México — Independência das EFS (ISSAI 10) e os princípios de transparência e de *accountability* estabelecidos na ISSAI 20.

- I A Declaração de Lima, um dos marcos da evolução do controle externo das EFS, prevê a necessidade e a prevalência da auditoria operacional em relação aos controles formais e tradicionais de legalidade e regularidade da gestão financeira e da contabilidade.
- II Os princípios de transparência e de *accountability* consolidados na ISSAI 20 têm por escopo definir as regras fundamentais de transparência e boa governança que as EFS devem exigir dos órgãos públicos que elas fiscalizam.
- III Um dos princípios fundamentais que a Declaração do México estabelece para o exercício do controle pelas EFS prevê a fixação de um mandato suficientemente amplo e total discricionariedade no exercício das funções das EFS.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item II está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 24

O prefeito de um município paranaense deixou de prestar suas contas anuais de governo, relativas a determinado exercício financeiro, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR). Ao ter constatado essa irregularidade, o TCE/PR adotou as seguintes providências: instaurou tomada de contas especial e solicitou ao governador do estado do Paraná a decretação de intervenção estadual no citado município.

Em referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, à luz da Lei Orgânica do TCE/PR.

- I As duas providências adotadas pelo TCE/PR estão amparadas pela sua lei orgânica, ainda que a situação envolva contas de governo.
- II No caso, compete ao Plenário do TCE/PR aprovar a solicitação de intervenção, apesar desse colegiado não possuir competência para emitir parecer prévio sobre as contas de governo omitidas.
- III Tão logo recebida a solicitação do TCE/PR, o governador do estado do Paraná deverá decretar a intervenção estadual no município, pois a omissão do dever de prestar contas configura violação grave e direta ao princípio republicano.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 25

Na fiscalização de atos e contratos de determinada secretaria de estado do Paraná, a equipe técnica do TCE/PR, com base em forte conjunto probatório, identificou grave ilegalidade em processo licitatório que se encontrava em estado avançado de conclusão, com possibilidade de acarretar iminente dano ao erário estadual. No interstício entre a conclusão da instrução e a remessa dos autos do processo ao conselheiro relator, a licitação foi finalizada, tendo havido a contratação da empresa vencedora.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do TCE/PR e, no que couber, a jurisprudência do STF.

- I Apesar do risco de lesão grave ao erário, o TCE/PR não poderá sustar diretamente o contrato sem a oitiva prévia da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- II A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná poderia sustar tanto o processo licitatório quanto o contrato dele decorrente.
- III Caso a contratação não tivesse sido formalizada, o TCE/PR poderia assinar prazo para a secretaria de estado corrigir a ilegalidade e, se tal prazo não fosse atendido, poderia sustar o processo licitatório.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Nenhum item está certo.
- ☐ B Apenas o item I está certo.
- ☐ C Apenas o item II está certo.
- ☐ D Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 26

No curso de um processo de denúncia de desvio de recursos públicos do instituto de previdência própria de determinado município paranaense, a equipe técnica do TCE/PR constatou que o denunciado, ex-diretor daquele instituto, estava transferindo parte do seu patrimônio, na tentativa de ocultá-lo e dificultar a reparação do potencial dano ao erário. Em virtude da gravidade e da urgência da situação, o conselheiro relator levou o processo em mesa na sessão colegiada mais próxima e requereu, de ofício, a concessão da medida cautelar de indisponibilidade de bens do denunciado.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, conforme a Lei Orgânica do TCE/PR.

- I O órgão colegiado competente para apreciar o processo é o Plenário do TCE/PR, por se tratar de deliberação sobre medida cautelar.
- II O proceder do conselheiro relator foi correto, pois o julgamento de medida cautelar independe de sua inclusão prévia na pauta da sessão, possuindo ele legitimidade para requerer, de ofício, a medida, ainda que seja o relator do feito.
- III Contra a decisão denegatória do pedido de medida cautelar não cabe recurso de agravo.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 27

Acerca das regras constitucionais do sistema de controle externo, assinale a opção correta, com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica do TCE/PR (Lei Complementar n.º 113/2005).

- ☐ A No âmbito do TCE/PR, nos casos de lesão ao erário, a multa proporcional ao dano, quando arbitrada em seu percentual máximo, abarcará em seu montante o valor da multa administrativa.
- ☐ B Os tribunais de contas apreciam, para fins de registro, a legalidade dos atos de aposentadoria dos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- ☐ C As normas constitucionais sobre a organização, a composição e a quantidade de membros do Tribunal de Contas da União são aplicáveis, no que couber, aos tribunais de contas dos estados.
- ☐ D A jurisdição do TCE/PR abrange as entidades privadas que se vinculam ao estado ou aos municípios em regime de colaboração, desde que recebam recursos públicos.
- ☐ E No TCE/PR, os prazos de interposição para os recursos de revista e de revisão são os mesmos, assim como os legitimados para interpô-los, porém, enquanto o recurso de revista tem efeitos devolutivo e suspensivo, o de revisão tem apenas efeito suspensivo.

Questão 28

O tribunal de contas de determinado estado constatou, em pesquisa, drástica redução da confiança da população em sua atuação. Em resposta, o tribunal de contas decidiu revisar suas políticas internas para garantir a observância dos princípios fundamentais de ética profissional previstos nas normas NBASP 130 e 140 e ISSAI 130 e 140, priorizando, sobretudo, o restabelecimento da confiança e da integridade nos processos administrativos.

Nessa situação hipotética, conforme as normas e os regulamentos aplicáveis, um princípio fundamental de ética profissional a ser considerado diz respeito

- ☐ A à maximização dos resultados.
- ☐ B ao comportamento profissional.
- ☐ C à transparência da divulgação financeira.
- ☐ D à inovação e criatividade nas soluções.
- ☐ E à flexibilidade nos procedimentos operacionais.

Questão 29

Segundo a NBASP 100, quando o objeto da auditoria é definido em razão do seu escopo, relacionado com atividades, transações financeiras ou informações, e o auditor deve focar na informação sobre o objeto, seguindo uma estrutura de relatório estabelecida e padronizada, realiza-se um trabalho de auditoria

- ☐ A contábil.
- ☐ B operacional.
- ☐ C especial.
- ☐ D financeira.
- ☐ E de conformidade.

Questão 30

Durante uma auditoria operacional conduzida pelo tribunal de contas de um estado, foi identificado um projeto público de reforma e ampliação de uma pequena escola em uma comunidade de baixa renda. O valor total do projeto é muito baixo, no contexto do orçamento da capital do estado, e ele tem uma importância significativa para a comunidade local, pois a escola está superlotada e muitas crianças da região, sem conseguir matrícula nessa escola, precisam percorrer longas distâncias para estudar em outros bairros.

De acordo com o disposto pela NBASP para auditoria operacional, a materialidade, na situação hipotética apresentada, deve

- ☐ A considerar, principalmente, o valor dos ativos envolvidos, em vez dos passivos.
- ☐ B focar apenas na conformidade com leis e regulamentos, independentemente da relevância social ou política inerente à escola.
- ☐ C ser exclusivamente baseada em valores financeiros ou numéricos dos itens contábeis.
- ☐ D focar até mesmo em questões sem valor financeiro direto, como o contexto social da escola.
- ☐ E ser determinada apenas pelo impacto financeiro imediato e direto das atividades auditadas, ignorando-se o contexto social do projeto.

Questão 31

Durante uma auditoria realizada pelo tribunal de contas em um programa de alimentação escolar, o auditor decidiu assumir um risco de auditoria de 5%. Em uma auditoria anterior realizada em um programa de saúde na mesma cidade, o risco de auditoria assumido havia sido de 1%. Questionado sobre essa disparidade, o auditor justificou que, em determinadas situações, pode ser aceitável assumir um risco maior devido à natureza e ao contexto específico do projeto.

Considerando as normas de auditoria relativas ao risco, ao assumir um risco de auditoria de 5%, o auditor trabalha com um índice de 95% para o nível de asseguuração

- A** razoável.
- B** médio.
- C** baixo.
- D** elevado.
- E** moderado.

Questão 32

Em auditoria realizada pelo tribunal de contas acerca da construção de um hospital, foram identificadas irregularidades na entrega de materiais e falhas na execução das obras. Um auditor novato foi incorporado à equipe e ficou encarregado de preparar uma nova matriz que relacionasse as irregularidades reportadas com o nexo de causalidade.

Nessa situação hipotética, de acordo as normas de auditoria aplicáveis, a identificação das irregularidades acompanhadas do nexo de causalidade deve ser reportada na matriz de

- A** análise de impactos.
- B** avaliação de riscos.
- C** achados.
- D** planejamento.
- E** responsabilização.

Questão 33

Os procedimentos de auditoria realizados com a finalidade exclusiva de avaliar a confiabilidade do sistema de controle interno são denominados testes de

- A** revisão analítica.
- B** observância.
- C** conferência de cálculos.
- D** observação.
- E** circularização.

Questão 34

Após a coleta de uma quantidade significativa de evidências sobre as irregularidades em uma obra pública de grande porte, os auditores reuniram-se para discutir a relação entre os achados, os riscos e a materialidade, para a produção do relatório de auditoria. O *slide* inicial da apresentação feita na reunião indicava a seguinte previsão da NBASP 100: “antes de tirar conclusões, o auditor reconsidera a avaliação inicial de risco e materialidade, à luz das evidências coletadas, e determina se precisam ser realizados procedimentos adicionais de auditoria”.

Nessa situação hipotética, a mencionada previsão da NBASP 100 refere-se a

- A** avaliar as evidências para minimizar os riscos.
- B** avaliar os achados para obter as evidências.
- C** avaliar os riscos para obter os achados.
- D** avaliar as evidências para obter os achados.
- E** avaliar os riscos para obter as evidências.

Questão 35

Segundo as normas brasileiras de auditoria para o setor público, na identificação e avaliação do risco de distorção relevante, o auditor deve levar em consideração

- A** o risco de detecção, somente.
- B** o risco de detecção e o de controle, principalmente.
- C** o risco inerente e o de controle, principalmente.
- D** o risco de controle, somente.
- E** o risco inerente, somente.

Questão 36

Um município do estado do Paraná foi atingido por uma forte tempestade de granizo que destelhou casas, destruiu a cobertura de escolas e de prédios públicos e afetou sua infraestrutura de energia elétrica e de fornecimento de água potável. Diante dessa situação, a Assembleia Legislativa do Estado publicou decreto reconhecendo a calamidade pública naquele município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A** O município estará dispensado do atingimento dos resultados fiscais enquanto perdurar a calamidade pública, bem como do cumprimento dos requisitos para criar ação governamental que cause aumento de despesa pública, desde que ela seja destinada ao combate à calamidade pública.
- B** O município estará dispensado do atingimento dos resultados fiscais enquanto perdurar a calamidade pública, mas não estará dispensado do cumprimento dos requisitos para criar ação governamental que cause aumento de despesa pública, ainda que ela seja destinada ao combate à calamidade pública.
- C** A contagem dos prazos para atingimento dos limites de despesa com pessoal no município será suspensa, mas ele não estará dispensado do atingimento dos resultados fiscais, enquanto perdurar a calamidade pública.
- D** A contagem dos prazos para atingimento dos limites de despesa com pessoal no município será suspensa, enquanto perdurar a calamidade pública, e ele estará dispensado do cumprimento dos requisitos para criar ação governamental que cause aumento de despesa pública, desde que ela seja destinada ao combate à calamidade pública.
- E** O município não estará dispensado do atingimento dos resultados fiscais enquanto perdurar a calamidade pública, mas estará dispensado do cumprimento dos requisitos para criar ação governamental que cause aumento de despesa pública, desde que ela seja destinada ao combate à calamidade pública.

Questão 37

No ano de 20X1, o estado do Paraná celebrou contrato com uma empresa, para adquirir 5.000 resmas de papel por R\$ 100.000, utilizando crédito ordinário da lei orçamentária anual. O valor do contrato foi empenhado, mas a empresa alegou problemas com seu fornecedor e não conseguiu entregar o material até o final daquele ano.

Em referência à situação hipotética anterior, assinale a opção correta.

- ☐ A Caso a despesa não tenha sido inscrita em restos a pagar em 20X1 e a empresa entregue os materiais em 20X2, o pagamento do contrato poderá ser realizado por meio da inscrição posterior da despesa definida no orçamento de 20X1 em restos a pagar processados.
- ☐ B A despesa deve ter sido inscrita em restos a pagar processados ao final de 20X1, uma vez que ocorreu o empenho dessa despesa.
- ☐ C Caso a despesa não tenha sido inscrita em restos a pagar em 20X1 e a empresa entregue os materiais em 20X2, o pagamento do contrato poderá ser realizado por meio de despesas de exercícios anteriores consignadas no orçamento de 20X1.
- ☐ D A despesa deve ter sido inscrita em restos a pagar processados ao final de 20X1, uma vez que ocorreu a liquidação dessa despesa.
- ☐ E Caso a despesa não tenha sido inscrita em restos a pagar em 20X1 e a empresa entregue os materiais em 20X2, o pagamento do contrato poderá ser realizado por meio de despesas de exercícios anteriores consignadas no orçamento de 20X2.

Questão 38

Assinale a opção correta acerca do orçamento público.

- ☐ A O ciclo orçamentário se inicia na etapa de elaboração, que inclui a elaboração das propostas parciais dos órgãos que deverão ser encaminhadas ao Poder Executivo, sua consolidação e seu encaminhamento ao Poder Legislativo, por meio do projeto de lei orçamentária anual, e sua tramitação no âmbito do processo legislativo, até sua transformação em lei.
- ☐ B As emendas ao projeto de lei orçamentária anual ou aos projetos que o modifiquem deverão indicar os recursos necessários, admitindo-se como fonte a anulação de despesas relativas ao serviço da dívida.
- ☐ C O orçamento base-zero tem como característica a continuidade das despesas, de modo que o orçamento a ser elaborado parte de determinada base orçamentária, com um acréscimo decorrente da inflação.
- ☐ D O princípio da exclusividade, introduzido no ordenamento jurídico pátrio com o objetivo de proibir matérias estranhas à previsão de receitas e à fixação de despesas, é relativizado pela Constituição Federal de 1988 no que diz respeito à autorização para a abertura de créditos suplementares e para operações de crédito.
- ☐ E Conforme seu conceito clássico, o orçamento consiste na previsão de receitas e na fixação de despesas para determinado período, de modo que representa a programação da vida financeira e econômica do Estado, sendo um instrumento de planejamento governamental.

Questão 39

O estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Educação, pretende promover a transferência voluntária de recursos a um município do estado, para a construção de uma escola técnica, utilizando como fonte recursos livres disponíveis da conta única do tesouro estadual fruto da arrecadação de impostos.

Nessa situação hipotética, o estado do Paraná pretende realizar uma despesa

- ☐ A de capital não efetiva, que é custeada com receitas correntes efetivas e derivadas.
- ☐ B de capital efetiva, que é custeada com receitas correntes efetivas e derivadas.
- ☐ C de capital efetiva, que é custeada com receitas de capital efetivas e originárias.
- ☐ D de capital não efetiva, que é custeada com receitas correntes efetivas e originárias.
- ☐ E corrente não efetiva, que é custeada com receitas de capital efetivas e derivadas.

Questão 40

A respeito do orçamento público no Brasil e da programação orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

- I O programa é o instrumento de organização da ação governamental para a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual, representando, portanto, o módulo de integração desse plano com a lei orçamentária anual.
- II O plano plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, bem como as diretrizes da política fiscal e as respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, e orienta a elaboração da lei orçamentária anual, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- III Denomina-se repasse a movimentação de recursos orçamentários de uma unidade orçamentária ou de uma unidade gestora para outra unidade gestora, dentro da estrutura de um mesmo órgão.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 41

Considerando que os gestores de uma instituição encontrem-se em fase de elaboração de planos de ação e devam partir da premissa de que tais planos devem conter a definição de tarefas de maneira eficaz, com possibilidade de seu acompanhamento de maneira simples e ágil, assinale a opção que indica a ferramenta adequada para o cumprimento desse requisito.

- ☐ A ciclo PDCA
- ☐ B 5W2H
- ☐ C administração por objetivos (APO)
- ☐ D matriz GUT
- ☐ E matriz SWOT

Questão 42

A equipe de gestão de projetos de uma instituição deve atuar em um projeto pioneiro, utilizando-se de uma metodologia ágil que permita identificar e eliminar desperdícios, bem como otimizar processos organizacionais com vistas a agregar valor ao cliente.

Assinale a opção que apresenta a metodologia recomendável à necessidade indicada na situação hipotética precedente.

- A** Smart
- B** Design Sprint
- C** Scrum
- D** Lean
- E** Kanban

Questão 43

Uma organização necessita estabelecer indicadores de desempenho com a finalidade de avaliar os impactos dos resultados alcançados junto à clientela atendida pelos serviços prestados e pelos produtos comercializados, mensurando o grau de satisfação e atendimento das necessidades dos clientes.

Nessa situação, a organização necessita estabelecer indicadores

- A** de economicidade.
- B** de eficiência.
- C** de eficácia.
- D** estratégicos.
- E** de efetividade.

Questão 44

Uma instituição pública está atuando na elaboração de uma política pública e, no momento, está promovendo a viabilização das estruturas de governança, dos controles internos, da gestão de risco e da alocação de recursos financeiros.

Assinale a opção que corresponde à fase do ciclo da política pública em elaboração retratada na situação apresentada.

- A** avaliação
- B** construção de agenda
- C** implementação
- D** formulação
- E** processo decisório

Questão 45

Acerca de transparência na administração pública, controle social e *accountability*, julgue os seguintes itens.

- I A instituição de mecanismos que possibilitem a responsabilização de gestores, por exemplo, modelos de supervisão, controle e auditoria, é iniciativa que promove o enfrentamento à corrupção.
- II Para que o controle social seja efetivo, é imprescindível que a participação do cidadão ocorra por intermédio de grupos organizados.
- III Considerando a *accountability*, o agente público deve prestar contas da sua atuação, evidenciando o ideal tratamento da coisa pública, e assumir integralmente as consequências dos seus atos e de suas eventuais omissões.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 46

Em seu relatório ao fim de um trabalho de auditoria, um auditor afirmou que não foram encontradas distorções materiais nas demonstrações financeiras da entidade auditada. Receoso de que sua opinião profissional quanto ao estado do objeto de sua auditoria, descrito em seu relatório, fosse diferente da situação real do objeto, o auditor avaliou em 10% a probabilidade de que, devido a possíveis limitações no processo produtivo das informações contábeis, as demonstrações financeiras da entidade auditada difiram materialmente da realidade. Por outro lado, dada a qualidade dos métodos empregados na auditoria, ele avaliou em 80% a probabilidade de conseguir encontrar, caso existam, distorções materiais nas demonstrações financeiras da entidade auditada.

Com base nessas informações e considerando que não existam outros fatores que influenciem a situação descrita, assinale a opção em que é apresentada a probabilidade de que a opinião do auditor consignada em relatório não reflita a real situação do objeto de auditoria.

- A** 2%
- B** 8%
- C** 10%
- D** 70%
- E** 72%

Questão 47

Ao analisar uma amostra de 130 contratos, um auditor concluiu que em 12 deles havia algum vício grave, passível de ensejar o vencimento antecipado do contrato; em 26 havia algum vício médio, cuja correção permitiria a execução do contrato até o fim; e em 43 havia algum vício leve, que não precisaria de correção para a execução do contrato.

Nessa situação, o maior número possível de contratos em que não havia nenhum dos vícios mencionados é igual a

- A** 49.
- B** 81.
- C** 87.
- D** 104.
- E** 118.

Questão 48

Uma empresa instalou quatro câmeras de segurança em um depósito retangular com dimensões de 80 metros de comprimento e 60 metros de largura. As câmeras foram instaladas na altura do solo, para não serem facilmente percebidas, e ficam no centro de cada uma das paredes do depósito. Todas as câmeras são idênticas e possuem campo de visão na forma de um semicírculo com 40 metros de diâmetro.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A área não coberta pelas câmeras é $(4.800 - 160\pi) \text{ m}^2$.
- B** As quatro câmeras são capazes de cobrir toda a área do depósito.
- C** O campo de alcance das câmeras é capaz de cobrir toda a área do depósito.
- D** A área total que as câmeras cobrem é superior a 2.400 m^2 .
- E** A imagem de uma pessoa que estiver no centro do depósito será captada pelas quatro câmeras.

Questão 49

Em um departamento de determinado tribunal, estão lotados quatro auditores seniores, cinco auditores juniores e quatro secretários. Para analisar uma diligência, será necessário formar uma equipe com três servidores, de forma que se tenha pelo menos um auditor sênior nela.

Nessa situação hipotética, o número de equipes diferentes que podem ser formadas, obedecendo-se às condições estipuladas, é igual a

- A** 132.
- B** 288.
- C** 528.
- D** 1.716.
- E** 2.197.

Questão 50

Três auditores, A, B e C, estão trabalhando juntos em um projeto e estimam gastar nele um tempo total de t horas. Eles combinaram que o tempo durante o qual cada servidor irá se dedicar ao projeto, do total t , deve ser diretamente proporcional ao tempo de serviço de cada um deles. Sabe-se que o tempo de serviço do auditor A é o dobro do tempo de serviço do auditor B. Além disso, o tempo de serviço do auditor C é $1/3$ do tempo do servidor B.

Nessa situação hipotética, o tempo durante o qual o servidor B deverá se dedicar ao projeto é igual a

- A** 30% de t .
- B** 33% de t .
- C** 42% de t .
- D** 50% de t .
- E** 84% de t .

Espaço livre